

**COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME
ORGANIZADO**

REQUERIMENTO Nº _____ / 2019

(Da Sra. Margarete Coelho)

Requer a realização de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) para debater os avanços conquistados e as contribuições da ICP-Brasil na digitalização dos processos nos serviços públicos e no combate a fraudes.

Senhor Presidente,

Nos termos dos artigos 24, inciso III e 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência a **realização de Audiência Pública conjunta** entre esta Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO) e a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) para debater os **avanços conquistados e as contribuições da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil) na digitalização dos processos nos serviços públicos e no combate a fraudes**.

Para tanto, sugiro que sejam convidados:

- Coordenador do Comitê Gestor da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (CG ICP-Brasil);
- Diretor-Presidente do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI);
- Presidente-Executivo da Associação Nacional de Certificação Digital (ANCD);
- Supervisor do Laboratório de Segurança em Computação (LabSEC) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC);
- Representante da Autoridade Certificadora da Receita Federal do Brasil (AC/RFB); e
- Representante do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP)

- Representante do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC)

JUSTIFICAÇÃO

Criada e implantada no Brasil a partir da Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001, a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil) é o conjunto de entidades credenciadas que atuam na infraestrutura responsável pelo ciclo de vida de certificados digitais que garantem a autenticidade, integridade e validade jurídica de documentos em forma eletrônica, das aplicações de suporte e das aplicações habilitadas que utilizem certificados digitais, bem como a realização de transações eletrônicas seguras. A composição da ICP-Brasil é baseada em uma cadeia de confiança que deve atender às normativas editadas por seu Comitê Gestor (CG ICP-Brasil), onde as Autoridades Certificadoras vinculadas à Autoridade Certificadora Raiz (principal entidade certificadora) emitem certificados digitais extraindo validade e confiabilidade da Entidade Principal (AC RAIZ – única entidade que auto assina seu certificado digital).

O certificado digital no padrão da ICP-Brasil é uma ferramenta tecnológica de segurança que proporciona autenticidade, confidencialidade, integridade e validade jurídica a documentos e processos virtuais. Por meio deste instrumento, pessoas físicas e jurídicas se identificam e assinam documentos digitalmente, de qualquer lugar do mundo, assistidos por um arcabouço complexo de segurança que não somente evita fraudes, como também garante a rastreabilidade das partes. A certificação digital facilita, digitaliza, desburocratiza e torna mais segura a vida dos usuários, sejam eles cidadãos (e-CPF) ou empresas (e-CNPJ). Através do certificado digital padrão ICP-Brasil garante-se a identidade segura e a transmissão de dados sensíveis com absoluta confiança no mundo eletrônico, reforçando o combate à corrupção e ao crime organizado através de rigorosos critérios de identificação e validação.

Neste sentido, inúmeras são as iniciativas e entidades que, nos últimos 18 anos, implementaram o uso da certificação digital como meio de desmaterialização de processos e de combate a fraudes. Poder-se-ia mencionar, a título de exemplificação: Receita Federal do Brasil; Caixa Econômica Federal; Ministério Público do Trabalho; Poder Judiciário (processo judiciário eletrônico); Poder Legislativo (processo legislativo eletrônico do Senado Federal); Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB); Siscomex (Sistema Integrado de Comércio Exterior); Nota Fiscal Eletrônica; Siscoaf (Sistema de Controle de Atividades Financeiras); e outras tantas entidades e iniciativas que

se valem da certificação digital para atribuição de validade jurídica e integridade dos atos e transações eletrônicas.

Dada a relevância do tema, e em função da comemoração em 2019 dos 18 anos da implantação da ICP-Brasil, foi apresentado no Plenário desta Casa, pela nobre Deputada Angela Amin, Requerimento que solicita a realização de Sessão Solene em agosto do corrente ano para homenagear a maioridade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira. Em complemento à homenagem programada em Plenário, solicito a realização de uma Audiência Pública conjunta entre CSPCCO e CCTCI para debater, mais especificamente, os avanços conquistados e as contribuições da ICP-Brasil na digitalização dos serviços públicos e no combate a fraudes, à corrupção e ao crime organizado. Requerimento de igual teor foi apresentado e aprovado no Plenário da CCTCI no dia 22 de maio do presente ano.

Ante o exposto, conto com o apoio dos nobres pares para aprovação deste requerimento.

Sala das Sessões, _____ de _____ de 2019

Dep. Margarete Coelho (PP/PI)